

**GT 15 – Educação Especial****A INSERÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LIBRAS –  
MODALIDADE SEMIPRESENCIAL NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE  
LICENCIATURA DA UNEB**Cristiane Gomes Ferreira<sup>1</sup>Guilhermina Elisa.Bessa da Costa<sup>2</sup>**INTRODUÇÃO**

A necessidade e urgência de desenvolver uma educação mais inclusiva se tornou imperativo nas escolas mundiais e brasileiras, isso porque, as reivindicações dos movimentos sociais relativo às pessoas com deficiência têm gritado com mais força, conclamando a sociedade a agir com mais igualdade.

Esse assunto tem trazido novos questionamentos sobre a escola, sua função social, formação de professores, bem como, enfrentamento de paradigmas que supostamente deveriam estar vencidos nesse século XXI, que são: a exclusão e preconceito.

É preciso esclarecer que os debates sobre educação inclusiva nos últimos anos suscitados em nível mundial se constitui em ações política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os indivíduos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação e preconceito. A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis para uma vivência em sociedade.

---

<sup>1</sup>Professora da Universidade do Estado da Bahia/DEDC X. Mestre em educação. Especialista em Educação inclusiva. E-mail: crisgfe.inclusao@gmail.com

<sup>2</sup>Professora da Universidade do Estado da Bahia/DEDC X. Mestre em educação. Especialista em Psicopedagogia e Docência do Ensino Superior. E-mail: guilbessa@yahoo.com.br

Desse modo, na sociedade contemporânea, discussões sobre educação inclusiva assume lugar central nos fóruns e congressos educacionais na tentativa de superação da lógica da exclusão.

No debate acerca da educação inclusiva podemos perceber ao olhar para historicidade que no processo civilizatório da sociedade ocidental ela não deu privilégios ou espaço para o indivíduo que não era tido como eficiente. Essa visão social de um homem perfeito dá subsídios para entender como está atualmente a educação inclusiva. É o que ressalva Gaio (2011, p.142), no que diz respeito à história;

Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo construído na perspectiva de atender aos interesses daqueles que se apresentam como eficientes. Isto não quer dizer que as diversas deficiências em si, tais como visual, auditiva, física, mental e outras não tiveram existência concreta. O que constatamos é que a tentativa destas questões, durante o percurso que a humanidade realizou ao longo de seu processo civilizatório, não privilegiou o atendimento a estas dificuldades apresentadas pelo corpo humano.

Mudar, portanto, a visão social e os paradigmas é fator decisivo para se construir uma sociedade inclusiva que tenha como princípios a igualdade e o reconhecimento da diferença como ponto principal de uma vida em sociedade.

Precisamos destacar que a década de 1990 foi marcada por vários movimentos mundiais para a inclusão de pessoas com deficiência, tais como, congressos, encontros e a criação de leis que possibilitem as estas a reivindicarem mudanças nas áreas sociais, políticas, arquitetônicas e educacionais, historicamente excludentes e com uma visão de incapacidade desses sujeitos.

O século XXI já iniciou e os desafios concretizar uma sociedade inclusiva são enormes, um fato significativo que já começa a ser percebido é o pensamento pós-moderno, que considera deficiência sinônimo de diferença e tem a ver com o reconhecimento do outro. As autoras Mantoan e Baranauskas (2009) acrescentam que a deficiência passa a ser vista na interação entre indivíduo e sociedade. Em uma situação descrita por elas, exemplificam com a importância do Desenho Universal, (design de produtos e serviços para a maior extensão possível de usuários), ou seja, não se trata de design para a média da população, mas design que considere as identidades e diferenças, na sua maior extensão possível, sem segregar.

Sobre os desafios descritos acima, outro que podemos acrescentar é sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação em licenciatura, foco principal de nosso trabalho. Ressaltamos que essa Língua desde 2002, foi transformada em segunda língua oficial do Brasil (Lei 10.436) e dá outras providências, tais como o Artº 2º que fala que

deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva das comunidades surdas do Brasil.

Essa proposição está em consonância com as políticas afirmativas que o nosso país vem assumindo nas últimas décadas e das iniciativas de se buscar uma educação mais adequada para o sujeito surdo, que embora considerado deficiente pelas leis da inclusão e educação especial, possui apenas uma diferença linguística.

É comum ouvir nas escolas regulares e por profissionais da educação que trabalhar com estudante surdo em sala de aula é muito difícil porque eles não conhecem a Libras, isso porque desde a obrigatoriedade da matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais, crianças surdas vêm adentrando as escolas com uma incidência muito grande. Elas se recusam a se matricular em escolas especiais, pois não se consideram “deficientes” e sim estrangeiros em seu próprio país, já que não falam a mesma língua.

Machado (2008) ressalta que os surdos não querem mais ser rotulados como deficientes auditivos, sem levar em conta sua diferença social, cultural, identitária e linguística.

Introduzir a Libras como uma língua oficial em um país de maioria ouvinte não tem sido fácil para a comunidade surda, principalmente, nas escolas, local que necessita de profissionais com conhecimentos da Libras (intérpretes) e professores que saibam trabalhar com estudante surdo.

O Decreto nº. 5626 criado em 2005 regulamentou a Lei nº10. 436/02 e que muito auxilia na proposta de formação docente, pois estabeleceu a inclusão da Língua Brasileira de Sinais, como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e nos cursos de Fonoaudiologia. Nesse decreto também constam determinações quanto ao uso de intérpretes nas instituições de ensino básico e superior que tenham matrícula de estudante surdo, e orientações quanto a promoção de cursos para formação docente em libras e intérpretes.

Para a realização da pesquisa, temos como problemática anunciada, a seguinte questão: O componente curricular libras na modalidade semipresencial oferecido pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no Departamento de Educação Campus X tem contribuído para o conhecimento dos estudantes em relação à educação de surdos e a língua brasileira de sinais (Libras), conforme preconiza a legislação brasileira?

Para responder a essa problemática, foi definido alguns objetivos. Como objetivo geral, destacamos: analisar se o componente curricular libras na modalidade semipresencial oferecido pela UNEB tem contribuído para o conhecimento dos estudantes em relação à

educação de surdos e a língua brasileira de sinais (Libras), conforme preconiza a legislação brasileira.

Como objetivos específicos foi proposto: verificar se o componente curricular Libras na modalidade semipresencial possibilita aprendizado sobre a educação de surdos e a Libras; identificar as dificuldades dos estudantes apresentadas no decorrer da oferta do no componente curricular, já que eles vivenciam uma graduação presencial; constatar se a metodologia - aulas presenciais com docente presencial, oficina de Libras 08 horas e relação do estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) tem proporcionado aos estudantes mudança de paradigma no que diz respeito a matrícula de criança surda na escola regular.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.**

Como aporte teórico do componente curricular Libras, utilizamos diferentes textos, artigos e livros, muitos destes estão disponíveis para os estudantes no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma virtual da disciplina de Libras.

Para fundamentar os estudos e pesquisas, são utilizados como fonte bibliográfica: FELIPE (2004), KARNOP (2005), QUADROS (2006), SÁ (2002), SACKS (1998), SKILAR (2001), STROBEL (2008), BOSSA (1994), MANTOAN (2009), VIERA-MACHADO (2008), STAINBACK (1999), dentre outros.

O Brasil apresenta um quadro expressivo de crianças, adolescentes e jovens que apresentam problemas de comunicação e surdez, em vários níveis e por vezes desenvolvem dificuldades para acompanhar o desenvolvimento escolar, pois falta mediação adequada e professores habilitados. Por esses motivos, os estudantes surdos, podem ser vítimas de repetência, desânimo, defasagem série-idade, entre outros, ocasionando um quadro de reprovações e evasão escolar em função das dificuldades enfrentadas pelos educandos.

Na maioria das vezes essas pessoas não encontram, quer seja na família, quer seja no ambiente educativo apoio ou orientação pedagógica para avançar no processo de aprendizagem.

Mediante essas reflexões, percebe-se que há uma necessidade urgente de compreender o processo de ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, definir os termos adequadamente e, buscar formas de intervenção pedagógica e psicopedagógica na perspectiva de promover a inclusão., não apenas no âmbito escolar, mas em todos os âmbitos:

cognitivos, afetivos e sociais, proporcionando intervir junto ao ser que aprende, na perspectiva de evitar o fracasso escolar e facilitar os processos de aprendizagem.

Compreende-se que o não aprender pode ter um conjunto de significados e sinais que precisam ser interpretados a luz das teorias estudadas e através da sensibilidade do mediador do processo de ensino-aprendizagem.

Para o acompanhamento das crianças surdas, é necessário mudanças de paradigmas no que tange aos professores e a escola como um todo. Estes elementos no processo educacional não estão sozinhos: deve participar, também a família, pois o discente ao inserir-se na escola, traz consigo uma história vivida dentro do seu grupo familiar.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, é relevante para minimizar os impactos da exclusão dos educandos surdos que por vezes são rotulados e discriminados por não acompanhar ao desenvolvimento da aprendizagem escolar. Torna-se urgente a visão e a prática de uma educação inclusiva e o respeito às diferenças, principalmente para os estudantes que possuem ritmos diferentes de aprendizagem, sem levar em conta as diferenças culturais e linguística de cada estudante. Aprender exige espera e respeito às peculiaridades individuais.

Ressalta-se que a inserção da Língua Brasileira de Sinais nas licenciaturas, gradativamente dissociam a surdez da perspectiva da deficiência, corroborando para a inclusão do surdo na escola regular, pois como assevera Machado (2008, p. 78) “pouco adianta a presença dos surdos se a escola ignora sua construção histórica, cultural e social”. Por isso a formação dos graduandos deve ser além de um cumprimento de um dispositivo legal, é necessário que haja uma interação com os surdos e com os conhecimentos acerca dos aspectos culturais, linguísticos e sociais da comunidade surda.

Nessa direção Strobel (2008,p. 102) ressalta que:

São raros os professores habilitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula. Na maioria dos cursos de Pedagogia nas universidades não tinham estas especializações para esta área. Somente agora salvo pelo decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005 que dá obrigatoriedade das aberturas de cursos de Libras nestes cursos, as coisas podem melhorar.

No entanto, há desafios pela frente, pois o fato da exigência legal, mediante o decreto supracitado, ainda há lacunas a serem preenchidas na formação dos professores e dos estudantes da graduação, devido a dificuldade de contratação de professores, a carga horária destinada para os estudantes, a presença do intérprete em sala de aula, dentre outros, tendo em vista que aprender uma língua requer tempo, preparação e abertura para os novos desafios.

No que tange a legislação que vislumbre mecanismos de acessibilidade para os estudantes surdos (as), ainda há um caminho longo a percorrer. Conforme assevera Tavares e Carvalho (2010, p. 3-4),

Percebe-se que em nosso país, entre os documentos que compõem o conjunto de leis denominado Políticas Públicas e sua implementação, há um grande fosso. Com as políticas educacionais na área de educação de surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante interprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno surdo, etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustivo, não tem tempo para buscar uma formação continuada na área.

Nessa perspectiva, percebemos que algumas barreiras precisam ser vencidas, para evitar o processo que os autores pontuam de inclusão/exclusão, os quais podem gerar impasses no processo de ensino-aprendizagem e interação dos estudantes surdos. Portanto, mudanças ainda são necessárias, tanto na formação do educador, quanto na inclusão do estudante surdo na escola regular e também na universidade.

## **2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

Em virtude da exigência do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, reconhecida pela Lei nº 10.435/02, a disciplina foi implantada nos cursos de licenciatura de Pedagogia, História, Biologia, Letras Inglês e Letras Português e Matemática da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Educação – Campus X, localizado na cidade de Teixeira de Freitas.

A proposta é apresentar uma pesquisa realizada nos cursos supracitados, no que componente curricular Libras na modalidade semipresencial.

Contudo, antes do relato da pesquisa, explicar-se-á o funcionamento da Universidade, haja vista que a dinâmica dos cursos ofertados na modalidade semipresencial é devido às condições de infraestrutura e funcionamento da instituição.

A UNEB é uma das quatro (04) universidades estaduais da Bahia, possui 24 *Campi* distribuídos em várias regiões do Estado, e cada um possui uma administração própria, com diretores que trabalham em conjunto com o reitor. Devido à necessidade de atender as demandas de ensino superior no interior do Estado, ela priorizou os cursos de licenciatura, nos quais vem atendendo ao sistema educacional dos municípios com professores para educação básica.

Até o ano de 2010 a Universidade não vinha cumprindo as exigências do Decreto 5626/05, em virtude da falta de estrutura. Contudo, a partir desse ano, foi criada a Resolução nº. 1233/10 que cria o componente curricular Libras para os cursos de graduação. Essa resolução também especifica que a disciplina de Libras poderá ser ofertada nas modalidades presencial e a distância, sendo de caráter obrigatório a carga horária de 60 horas.

Devido à estrutura de multicampia (24 Departamentos) e a dificuldade de contratação de professores de Libras que cumprissem as exigências da função nas várias localidades, a grande maioria dos cursos (exceção Campus I – Salvador) ficaram sem esse componente em sua matriz curricular. No ano de 2012 foi aprovada, a Resolução nº. 1508/12 que aprova as condições e procedimentos para a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos de presenciais de graduação, até o limite de 20% da carga horária do curso.

Essa medida veio facilitar aos coordenadores de colegiados a implantação nos cursos de licenciatura o componente curricular libras na modalidade semipresencial e é essa experiência que será relatada nesse trabalho.

### **3. ORGANIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LIBRAS NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL**

Pensar na educação de surdos é considerar, entre outros aspectos as experiências visuais dessas pessoas e a sua Língua de Sinais.

A disciplina de Libras é organizada na modalidade semipresencial, emprega como procedimentos metodológicos: o acesso ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), com a mediação da professora presencial e da participação nas videoconferências e nos fórum temáticos, por meio da mediação de professores especialistas em Libras (surdos e ouvintes). A disciplina contempla elaboração de seminários temáticos. Um ponto alto da disciplina é a realização da oficina presencial, a qual em geral é ministrada por um professor surdo,

especialista em Libras. Destaca-se também a realização de duas videoconferências, oportunizando um recurso importante de socialização e aprendizagem.

A Gerência de Desenvolvimento de Educação a distância- GDEAD da UNEB, a qual orienta e acompanha a oferta da disciplina, realiza semestralmente dois encontros de docência compartilhada, em articulação (docente presencial e os docentes especialistas em Libras). O primeiro encontro é para o planejamento participativo com todos os docentes dos departamentos que ofertam a disciplina. O segundo encontro é para a formação dos professores mediadores cuja finalidade é a aquisição de novos conhecimentos teórico-práticos da Libras.

#### **4. MÉTODO**

Esta pesquisa enfatizou os aspectos qualitativos do ambiente universitário, nesse caso, da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus X.

Nessa direção, Creswell (2010) menciona que a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. O foco passa a ser as percepções e as experiências dos participantes e a maneira como eles extraem sentido em suas vidas.

Do ponto de vista metodológico e dos seus objetivos esta investigação é uma pesquisa participante, pois “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. (GIL, 2002, 55)

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário que foi escolhido como instrumento, pois proporciona agilidade no processo, possibilidade de abarcar um número maior de participantes e deixa as pessoas mais a vontade no momento da resposta.

A coleta de dados foi realizada junto aos graduandos dos cursos de Licenciatura do Departamento de Educação - Campus X, da Universidade do Estado da Bahia, que já fizeram ou que estão cursando a disciplina no atual semestre. Foram aplicados 102 questionários entre os cursos de História IX (25), Pedagogia V(27), Matemática I (25) e Letras Inglês IX (10) e Vernáculas VIII (15). O curso de Biologia ficou fora dessa amostragem, pois no dia da aplicação do questionário estavam realizando atividades relacionadas ao estágio supervisionado.

Como amostragem, pegamos 25% de cada turma, pois compreendemos que esse percentual nos daria um reflexo sobre o que estamos pesquisando, principalmente, porque os estudantes de cada curso possuíam características próximas (idade, questões econômicas e



experiências acadêmicas) e por esses motivos, não impactaria em grandes divergências nos resultados.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como docentes presenciais do componente curricular Libras no Campus X/UNEB tem-se vivenciado experiências interessantes ao trabalhar com essa disciplina em sala de aula, mas a pesquisa realizada com as turmas e apresentadas nesse trabalho nos possibilitaram um olhar mais crítico em relação aos resultados que esse componente tem tido na formação de futuros professores de História, Biologia, Pedagogia, Matemática e Letras (Inglês e Vernáculas).

No que tange aos procedimentos metodológicos da disciplina, sempre nos causa questionamento se a Libras, uma língua espaço visual gestual, ofertada de maneira semipresencial tem possibilitado aos estudantes compreensão da importância dela para educação dos surdos, em virtude que a mesma contempla uma carga horária de 60 horas de aula.

Nessa concepção estabelecemos como o objetivo principal para esse trabalho analisar se o componente curricular libras na modalidade semipresencial, oferecida pela Universidade do Estado da Bahia tem contribuído para o conhecimento dos estudantes em relação à educação de surdos e a língua brasileira de sinais (Libras), conforme preconiza a legislação brasileira. Como todo processo de ensino e aprendizagem está em constante avaliação para as devidas correções e novos planejamentos, partimos do pressuposto que essa pesquisa trará contribuições acerca de seu planejamento no componente e metodologias aplicadas futuramente.

Como foi relatado, anteriormente, elaboramos um questionário com 08 questões, as quais abordam perguntas para esse estudo. Foram selecionadas 03 questões que respondem as inquietações principais desse trabalho.

Foram selecionadas respostas aleatórias dos estudantes nos cursos e para efeito de organização aqui denominamos Graduando de Matemática (GMAT), Graduando de Letras Inglês (GLEI), Graduando de História (GHIS), Graduando de Letras Vernáculas (GLEV) e Graduando de Pedagogia (GPED). Por causa das especificações para elaboração desse trabalho, não colocamos nas análises e discussões as falas de todos os estudantes, por compreender que as respostas descritas dos selecionados refletem a amostragem selecionada.

Uma das perguntas feitas aos estudantes foi: **a) Qual a concepção acerca do componente curricular Libras no curso de graduação na modalidade semipresencial?**

***GMAT1** - “É uma forma de começar a despertar o interesse dos futuros professores em Libras e melhorar a educação, apesar de que a modalidade semipresencial não me agrada muito. Acho que seria melhor se fosse ofertado na forma presencial”.*

***GLEI2** – “Acho de grande importância o estudo de Libras no curso de licenciatura. No entanto, o tempo de estudo é curto, nos dando a oportunidade de ter um bom conhecimento das leis e, pouco conhecimento da própria linguagem”.*

***GPED8** – “Tinha uma perspectiva muito grande em relação à disciplina de Libras, porque achei que as aulas eu teria a oportunidade de aprender a língua, porém o semipresencial não ensina a língua, então, o curso de libras tem que melhorar”.*

***GLEV3** – “Muito importante para a formação profissional do futuro professor. Mesmo sendo semipresencial. Podemos aprender conhecimentos da disciplina com as aulas de videoconferência, as aulas em sala de aula e a visita do professor surdo que veio fazer uma oficina conosco”.*

***GHIS6** – “Considero o curso de LIBRAS relevante em todos os aspectos para os cursos licenciaturas, como também, para formação de profissionais que atuem em todos os setores da sociedade que necessitam do conhecimento do interprete. O fato de ser semipresencial creio que limita boa parte da preparação pratica exigida pelo curso. No entanto, considero um bom começo para educação profissional e didática de professores e demais profissionais autônomos e até mesmo para pessoas que precisam da Língua para comunicação com surdos”.*

Observa-se na fala dos estudantes que eles são unânimes em colocar que o componente é importante e tem possibilitado conhecimentos em relação ao estudo de Libras, as políticas públicas e as leis, entretanto, todos abordam que seria melhor a disciplina acontecer na modalidade presencial, pois o tempo é curto e há pouca prática do ensino da língua.

Moran (2002) estudioso do campo das tecnologias e educação vem nos falar sobre Educação à distância que ela é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente. Ainda coloca que a semipresencial acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, por meio da tecnologia.

Ainda segundo o autor (2002, p. 3) Educação a distância não é um "fastfood" em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. [...] De agora em diante, as práticas educativas, cada vez mais, vão combinar cursos presenciais com virtuais, uma parte dos cursos presenciais será feita virtualmente, uma parte dos cursos a distância será feita de forma presencial ou virtual-presencial, ou seja, vendo-nos e ouvindo-nos, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta. Alguns cursos poderemos fazê-los sozinhos, com a orientação virtual de um tutor, e em outros será importante compartilhar vivências, experiências, ideias.

Hoje no Brasil educação à distância já é uma realidade, principalmente, no ensino superior que tem introduzido vários cursos nessa modalidade. O que se verifica é que ensino à distância exige uma flexibilização curricular e maior disciplina dos estudantes com relação aos estudos.

No caso específico da UNEB como já exposto anteriormente, esse componente teve a sua implantação na modalidade semipresencial por causa de dois fatores chaves, o primeiro, como o estudo da Libras é um campo novo de atuação, que teve o seu reconhecimento legal em 2002, por meio da Lei nº 10.436, há uma carência generalizada no país e especialmente na Bahia, de profissionais formados, habilitados e certificados para ministrar o componente curricular Libras. E o segundo, talvez o principal motivo da oferta ser semipresencial, sendo reflexo do primeiro, pela organização institucional de *multicampia* da universidade que possui 29 Departamentos sediados em 24 cidades diferentes abrangendo 18 dos 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Por esses fatores, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD deliberou como alternativa mais viável e no atendimento a legislação brasileira, ofertar esse componente curricular na modalidade semipresencial.

A segunda questão levantada: **b) em que medida o componente curricular Libras tem contribuído em sua formação enquanto futuro docente?**

*GMAT4* - “Ela orienta ao futuro professor não só em como reagir diante de um aluno surdo, mas também ajuda em como formar novas concepções dessa nova realidade”.

*GLEII* – “Esse componente tem me feito refletir sobre a educação bilíngue, e levantar algumas questões, como por exemplo, o interprete de Libras de uma aula de inglês deve conhecer o idioma, se não, ele não vai entender nem o que deve interpretar”.

*GPED5* – “Pensar em limitação não é uma tarefa fácil. Falar de inclusão gera um discurso bonito, porém vivenciar isso na prática é um processo difícil, ter Libras no meu processo de formação é uma forma de iniciar uma quebrade barreiras impostas pela sociedade e por nós mesmas enquanto discentes”.

*GLEV2 – “Na medida em que se conhece a problemática acerca da situação dos surdos em salas de aula de escola pública, dos sinais e do alfabeto em libras, fico mais à vontade para trabalhar com surdos”.*

*GHIS6 – “No sentido de ampliar minha ação pedagógica e perceber as possibilidades de um aprimoramento mais intenso no conhecimento tanto teórico como prático de LIBRAS”.*

O que podemos observar nas falas dos estudantes, bem como nas interações como docentes em sala de aula nos momentos presenciais, é que mesmo sendo uma modalidade de aula semipresencial e com todas as críticas efetuadas a essa prática (questão a), percebemos um novo olhar dos estudantes para educação de surdos, e o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda, sendo necessário na visão deles, o conhecimento da língua na formação docente.

Não há como negar que a sociedade contemporânea tem trazido para formação docente enormes questionamentos e desafios, nos quais o modelo educacional moderno não conseguiu dar conta em responder, tais como, na política, na econômica e no social. Em uma sociedade na qual ocorre o empobrecimento das relações humanas, sendo o medo e o preconceito uma emoção recorrente, a formação de professores torna-se importante alvo das políticas educacionais para minimizar esses problemas dentro da escola.

Precisamos esclarecer que a comunidade surda vem historicamente lutando para que sua cultura e língua sejam reconhecidas. A partir das mobilizações dos movimentos surdos e da promulgação das leis de acessibilidade e da Libras muitas atitudes preconceituosas e excludentes estão se modificando.

Stumpf (2008, p. 16) relata que hoje, 44 países reconhecem oficialmente as Línguas de Sinais e os direitos linguísticos dos surdos. No Brasil e nesses países, as novas gerações pertencentes às comunidades surdas não dizem mais “Eu surdo” - Ser passivo - que não pensa nem escolhe. Sabem que é seu direito usar a Língua de Sinais e acreditam em suas possibilidades. É uma geração mais forte que sempre pressiona pelo intérprete, pela acessibilidade da Língua de Sinais.

A Lei nº 10.436/02 passou a reconhecer a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, bem como a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares nacionais – PCNs. Para Stumpf (2008) uma grande mudança dentro da escola seria a de que as crianças ouvintes, juntamente com os professores também aprendessem a Libras.

É possível, portanto, identificar nas falas dos estudantes que o reconhecimento da cultura surda é imprescindível na formação de professores partilhando com as crianças surdas

de um mesmo entendimento (respeito ao ser surdo), pois desse modo eles podem auxiliá-las a estabelecer suas identidades e construir suas relações sociais, linguísticas e culturais com seus pares.

A terceira questão analisada na pesquisa foi: **c) como as aulas do componente Libras auxiliam o estudante na percepção acerca dos avanços e desafios da inclusão de crianças surdas na escola regular?**

*GMAT3* - “Adquirir conhecimentos acerca do assunto, nos faz perceber as dificuldades enfrentadas e os avanços bem raros e lentos que a inclusão enfrenta”.

*GLEI3* – “Vemos no contexto desta cidade Teixeira de Freitas que algumas escolas têm tentado driblar essa situação, através da atuação de intérpretes em sala de aula, mas são poucas as escolas que disponibilizam esse ensino, assim, conseqüentemente, não abre portas para grande parte das crianças surdas na escola. Dessa forma, sobrecarrega alguns profissionais e algumas escolas”.

*GPED5* – “É muito importante à inclusão desses alunos, mas é necessário que haja uma formação ou preparação dos docentes para isso”.

*GLEV2* – “o que existe ainda é muito pouco diante da necessidade. Precisamos de mais cursos e uma formação continuada para o aprimoramento”.

*GHIS3* – “Percebemos claramente nas aulas que tivemos até o momento, o despreparo das instituições de ensino público e privado, o despreparo dos profissionais de educação, e o descaso das instituições políticas na atenção a comunidade surda. Nossas escolas de ensino fundamental e médio estão preparadas para receber o aluno surdo? Como aplicar o currículo disciplinar e ao mesmo tempo alfabetizar o professor no conhecimento e na interpretação da língua de sinais?”.

Notamos pelas respostas dos discentes que estamos obtendo avanços no que diz respeito à educação de surdos nas escolas regulares, contudo, todos descrevem que o processo ainda encontra-se lento, da necessidade de formação continuada de professor e que a contratação de intérpretes, pois nas escolas tem encontrado falhas, seja na falta de profissionais habilitados, como também do cumprimento da Lei nº 5626/05 que garante a contratação de intérpretes nas instituições de educação básica e ensino superior.

Por causa dessas e outras questões, principalmente, de identidade cultural, a comunidade surda nos dias atuais vem defendendo uma escola só para surdos (bilíngue). Sá (2011) faz uma crítica à escola regular, relatando que o estudante surdo normalmente fica isolado e sem qualquer tipo de atendimento específico, geralmente não há intérpretes, e, quando há, costumam ser pessoas com pouquíssimo conhecimento da Libras e das disciplinas que interpreta, outra situação é que os professores ouvintes, com intérpretes ou sem, utilizam a língua oral em sala de aula com foco nos estudantes ouvintes. E, por fim, não são disponibilizadas salas para surdos aprenderem português como L2, e eles são obrigados a

ficarem com os ouvintes nas aulas de língua portuguesa como L1; os surdos não têm a disciplina Libras como L1.

Ainda analisando as respostas dos estudantes percebe-se uma crítica à inclusão do surdo nas escolas regulares, entretanto, as respostas estão embasadas dentro de um conhecimento científico, adquirido pelas leituras e discussões em sala. Observa-se que elas não são mais caracterizadas pelo senso comum, “não serve”, “professores não preparados”, dentre outras.

Sobre isso trazemos a contribuição de Paulo Freire que coloca que a prática educativa está permeada por contradições, conflitos e deve ter caráter transformador.

Santiago e Batista (2011, p. 9) defendem que a formação de professores/as se distingue de outras a partir de algumas exigências que ela faz face ao projeto que reivindica e se propõe. Essas exigências encontram em Paulo Freire respostas como aportes para a reflexão como para as vivências, as quais consideramos como princípios úteis aos processos formadores. São eles: (1) a formação seja ela inicial ou continuada solicita um contexto de problematização da realidade; (2) a escuta como fundamento do diálogo é uma prática e também um conteúdo indispensável no processo de formação; (3) o tempo é uma dimensão fundamental para a materialidade das políticas e da intencionalidade educativa; (4) a relação dialógica é expressão da relação teoria-prática que traduz a concretude de uma concepção formadora.

Assim pode-se verificar que ao estudar o componente curricular Libras, os estudantes têm vivenciado uma problematização da realidade e um olhar diferenciado para o outro, seja ele surdo, ou ouvinte, ressignificando a concepção da surdez, de cultura surda e de inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo realizado, pode-se evidenciar a necessidade do aprofundamento de discussões no contexto da inserção da Libras nos currículos do curso de licenciatura. Entre os aspectos que favoreceram o processo de inserção do componente curricular nos cursos de licenciatura modalidade semipresencial no Departamento de Educação – Campus X da Universidade do Estado da Bahia, enfatiza-se a oportunidade que os graduandos dos cursos tiveram em estabelecer um contato inicial com a Língua, principalmente, nos aspectos teóricos e por meio do contato comum professor especialista em Libras e dos diferentes procedimentos metodológicos viabilizados pela disciplina.

Do ponto de vista da prática da Libras, a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, reconhecem a importância do seu estudo. No entanto, a carga horária de 8 horas, destinada para a oficina de libras, foi considerada pelos discentes como sendo

insuficiente, tendo em vista a sua relevância, pois é necessário mais tempo para se apropriar dos conhecimentos práticos que a língua preconiza, por se tratar de uma língua com uma estrutura morfológica, semântica, fonológica e sintática própria.

Além do exposto, alguns discentes consideram que a disciplina deveria ser ministrada na modalidade presencial. Sobre isso pode-se destacar duas questões: em primeiro lugar, enfatizar as dificuldades dos discentes em se trabalhar com a modalidade a distância, mesmo que seja somente 20% da carga horária da disciplina. Em segundo lugar, ficou perceptível que a aprendizagem da língua de sinais faz parte das expectativas de grande parte dos estudantes, o que é compreensível, no entanto a carga horária de 60 horas não é suficiente para a aprendizagem de qualquer língua.

Outra análise da pesquisa refere-se a formação docente, na qual os discentes consideram a aprendizagem da Libras de suma importância para a sua formação como futuros professores. No que tange a inclusão de surdos na escola regular, destaca-se que há uma discrepância entre as leis e a realidade, pois ainda existe um grande desafio a enfrentar no que se refere as políticas públicas para a educação de surdos.

Salienta-se também que o componente ministrado na modalidade semipresencial tem atingido os seus objetivos no que se refere a sensibilização e também proporciona novos conhecimentos teóricos e práticos acerca da Libras e da cultura surda.

Pode-se, portanto, finalizar ressaltando que essa pesquisa não se esgota nesse trabalho, haja vista que o estudo da Libras e da educação de surdos no Brasil encontra-se na pauta dos fóruns e congressos de educação da atualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

CAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa. (org.) **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Vozes, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2002.  
MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: ED, da UFSC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração X Inclusão: escola de qualidade para todos.**Pátio -revista pedagógica/ Artes Médicas. Porto Alegre/RS, 1998, .p. 48-51.

MORAN, Jose Manuel. **O que é educação a distância.** Disponível em [http://www.prodcente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art\\_ead\\_moran\\_quee\\_educacao\\_a\\_distancia.pdf](http://www.prodcente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art_ead_moran_quee_educacao_a_distancia.pdf). Acesso em 10/05/14.

SÁ, Nídia de. **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SANTIAGO, Maria Eliete; BATISTA NETO, José. Formação de professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 3, Edição Especial de Aniversário de Paulo Freire. Dezembro, 2011.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 1.ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética.** In Estudos surdos III/ Ronice Müller de Quadros (Org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

TAVARES E CARVALHO. Ilda Maria S; CARVALHO, Tereza S. Santos de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais): do texto oficial ao contexto.** Disponível em <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-LIBRAS-%28LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS.pdf>. Acesso em Maio. 2014